



MINISTERIO DE VIAÇÃO
OBRAS PÚBLICAS
BIBLIOT. CA

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

3723

ANO XIV — N.º 65

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 1959

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

23.ª Sessão conjunta

1.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 4.ª Legislatura

Em 2 de Julho de 1959, às 21,00 horas,
no Palácio da Câmara dos Deputados

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei n.º 3.728, de 1958, na Câmara dos Deputados e 152, de 1958, no Senado Federal, que determina que os trabalhadores e funcionários da Rede Mineira de Viação, aposentados antes dessa ferrovia reverter à União, terão os proventos de aposentadoria revistos para serem iguais aos dos servidores, de igual categoria, aposentados após essa mesma reversão; tendo Relatório sob n.º 20, de 1959, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 30, do Regimento Comum.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIONES MARCADAS PARA HOJE, QUINTA-FEIRA,
DIA 2 DE JULHO DE 1959

Comissões Permanentes

- I — De Constituição e Justiça — Turma "A", às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Afrânio de Melo Franco".
- II — De Economia, às 15 horas, na Sala "Carlos Peixoto Filho".
- III — De Finanças, às 16 horas, na Sala "Rêgo Barros".
- IV — De Orçamento e Fiscalização Financeira — Extraordinária Plena, às 15 horas, na Sala "Antônio Carlos".
- V — De Relações Exteriores, às 15 horas, na Sala "Bueno Brandão".
- VI — De Segurança Nacional, às 15 horas, na Sala "Sabino Barroso".
- VII — De Transportes, Comunicações e Obras Públicas, às 15 horas, na Sala "Paulo de Frontin".

Comissão de Inquérito

Para apurar a extensão e a intensidade da devastação dos recursos naturais do País, às 21 horas, na Sala "Sabino Barroso".

Oradores inscritos para a Sessão de hoje, Quinta-feira, dia 2 de julho de 1959.

PEQUENO EXPEDIENTE

Attilio Fontana.
Nestor Jost.
Cardoso Menezes,
Ribeiro Gomes,
Osmar Cunha,
Luiz Bronzeado,
Ferreiro Costa,
Pereira da Silva.

Moacy Azevedo.
Breno da Silveira.
Seixas Dória.
Clóvis Mota.
Oliveira Franco.
Cândido Sobrinho.
Mario Martins.
Badaró Júnior.
Manoel Almeida.
Nicolau Tuma.
Bocayuva Cunha.
Carlos do Lago.
Fernando Ferrari.
Miguel Leuzzi (23).
Abel Rafael (23).
Bonaparte Maia (23).

Milton Brandão (23).
Carmelo D'Agostino (24).
Miguel Bahury (24).
Humberto Lucena (24).
Rachid Mamed (25).
Colombo de Souza (25).
Clóvis Pestana (26).
Último de Carvalho (26).
Aroldo Carvalho (29).
Floriceno Paixão (29).
Aarão Steinbruch (26 e 29).
Anísio Rocha (23 e 29).
Luiz Vianna (30).
Lino Braun (30).
Vasconcelos Torres (26 e 30).
Anônio Feliciano (1.º).
Munhões da Rocha (1.º).
Josué de Castro (1.º).
Rui Ramos (29 e 1.º).

GRANDE EXPEDIENTE

Carmelo D'Agostino em caráter preferencial.
Aureno Vianna.
Jose Somery.
Paulo Tarso.
Rui Ramos.
Oscar Corrêa.
Arno Arnt.
Mario Bene.
Oswaldo Zanello.
Nelson Omega.
Manoel Almeida.
Dirceu Cardoso.
Seixas Dória.
Arthur Virgílio.
Sílvia Braga.
Oliveira Franco.
Lourival Baptista.
Nicolau Tuma.
Plínio Salgado.

Abel Rafael.
José Turner.
Corrêa da Costa.
Clemens Jampaio.
Gabriel Passos.
Gurgel do Amaral.
Valério Magalhães.
Ernani Sátiro.
Nelson Carneiro.
Edgard Pereira.
Ary Pitombo.
Temperance Pereira.
Fernando Sant'Ana.
Milton Reis.
França Campos.
Menezes Cortes.
Carmelo D'Agostino.
Chidenor Freitas.
Epilogo Campos.
Rachid Mamed.
Bezerra Leite.
Paulo Freire.
Edson Távora.
Neiva Moreira.
Lydio Haer.
Arruda Câmara.
Heio Ramos.
João Mendes.
Carvalho Sobrinho.
Lustosa Sobrinho.
Leite Netto.
Dervili Alegratti.
Nestor Jost.
Odylio Vianna.
Vasconcelos Torres.
Domingos Velasco.
Maia Netto.
Jorge de Lima.
Miguel Buíara.
Lino Braun.
Teodilo de Albuquerque.

ca, que me foram transmitidos pelo Prefeito Municipal de Santarém, no Pará.

Trata-se da construção da obra do Porto de Santarém, segunda cidade do Estado, no omeio do caminho para o Estado, no meio do caminho para se vem arrastando através de projetos inúmeros que, finalmente, não são executados.

O segundo apelo é referente ao aproveitamento das cachoeiras do Coruauna, afluente do Amazonas. Essas cachoeiras, próximas à Cidade de Santarém, já foram objeto de estudo e levantamentos fotogramétricos, pelo SERVI. Os estudos estão parados inexplicavelmente e, na Valorização Amazônica, as verbas se acumulam, pela desídia dos Prefeitos daquele Município. No momento, posso informar à Casa que cerca de 25 milhões de cruzeiros estão retidos, no SPEVEA.

O pedido que transmito, em nome do Prefeito Municipal de Santarém, ao Presidente da República, é para que S. Ex.^a determine providências no sentido de que as obras do Porto de Santarém tenham início e, também, para que os estudos de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Coruauna tenham prosseguimento, pois se trata de problemas fundamentais e vitais, que estão a reclamar pronta solução. *(Muito bem.)*

O SR. TEMPERANI PEREIRA:

(Lê a seguinte comunicação): Senhor Presidente e Srs. Deputados, depa-ramos com uma entrevista do Deputado Jânio Quadros, que, segundo a transcrição da imprensa local, teria sido dada a lume na Itália. Entre outras coisas, disse a este parlamentar que "não lhe pertence falar em assuntos econômicos, senão para afirmar que o Brasil tem problemas econômico-financeiros de fácil solução. Esses problemas devem ser encorados nas suas reais proporções, pois decorrem do vertiginoso desenvolvimento do Brasil."

Problemas econômico-financeiros de fácil solução! Vertiginoso desenvolvimento do Brasil!

Pobres vendedores de ilusões! Evidentemente, não se trata de vertigem ambulatória e certamente não se trata de desconhecimento de causa. É leviandade apenas. Ou será que o Senhor Jânio Quadros, que é candidato à Presidência da República, ficou encantado, seduzido e convicto com o pregão otimista e mirabolante do Presidente Juscelino, de que o Brasil progrediu 30 anos nestes últimos três anos?

Pois não: não hesitamos em afirmar que os problemas econômico-financeiros do Brasil são cruciantes e de difícil solução. Nós afirmamos que o custo de vida alcançou níveis insuportáveis. Nós afirmamos que os trabalhadores e a classe média já se pauperizaram em grau intolerável. Nós afirmamos que mais de 50 milhões de brasileiros não tomaram conhecimento, nem tomarão, do pseudo-progresso brasileiro, que não se distribui pelo povo e que apenas é usufruído por uma minoria abastada.

De há muito que o Brasil precisa de líderes autênticos, que falem a verdade e que não vendam ilusões. Estamos faltando os Roosevelts e os Churchills, que conclamem para o sacrifício, para as lágrimas, para o suor — a fim de que se evite sangue!

E tem mais, srs. vendedores de ilusões: O Brasil precisa soluções a curto prazo. A atual geração não aceita mais esquemas de desenvolvimento econômico que só venham a beneficiar os filhos dos nossos filhos. Este é o desafio posto no tablado político brasileiro. Esse é o problema da nossa estirpe.

Este Parlamento, com vênio da Mesa e da Casa, discute muito. Discute demais. Discute problemas de cúpula, problemas secundários, e quando tangem os problemas básicos não os resolve. Aqui estamos nesta ronda: vamos para Brasília no dia X ou no ano Y? Existe um direito natural à educação

por parte da família ou o Estado é que tem deveres e direitos neste setor; o delegado de polícia de tal lugar em tal Estado cometeu violência; deve ser dada a isenção de impostos à empresa A ou B; Fulano é comunista ou Beltrano é entreguista etc., etc. Mas, quanto à estrutura da economia nacional, nada se faz, a não ser de quando em vez, através de um artigo 57 da Lei do Imposto de Renda ou através de favores cambiais, contribuir para que as magras rendas nacionais se escoem e nos deixem mais pobres.

Até parece que revivemos o episódio da Catedral de Santa Sofia, quando se discutia o sexo dos anjos e, lá fora, os alfanges davam soluções mais diretas aos problemas.

A democracia brasileira necessita, com urgência e talvez com muita dificuldade, reformular seus rumos: e atentar para o perigo que estamos vivendo. *(Muito bem.)*

O SR. MUNHOZ DA ROCHA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, inicia-se hoje o ano agrícola cafeeiro. A data é profundamente significativa para o meu Estado, porque, nesta safra, o Paraná vai, na vanguarda da produção brasileira, assumir a liderança do grande produto. Com essa liderança, porém, surge também o grande drama cafeeiro. Ainda ontem, último dia do ano agrícola que findou, o Governador aprovou o esquema financeiro para o café; aumentou o valor do dólar-café.

Estou recebendo de lavradores paranaenses manifestações de descontentamento, sobretudo na parte do financiamento. Acredito que o Governador faça o que é possível nesta conjuntura dramática da economia nacional. O café tem sido o eterno, o tradicional sacrificado na economia brasileira. Tem pago a industrialização. A política dos ágios — é verdade que toda a Nação os paga, pois o encarecimento dos ágios abrange todo o País — seria impossível, com os grandes lucros que proporciona ao Governador, sem a infra-estrutura do café. Só no ano passado, houve arrecadação de ágios de mais de 100 bilhões. Deduzida a despesa de 50 bilhões com as bonificações, fica o Governador com saldo superior a 50 bilhões.

Sr. Presidente, os lavradores paulistas se sacrificam, porém, no conjunto, São Paulo obtém grandes lucros, pois é o Estado mais industrializado e, portanto, o que mais se beneficia com o surto atual do industrialismo brasileiro. O Paraná, entretanto, só se sacrifica.

Quero, neste instante, não se iniciar esta nova era para o nosso Estado, quando a agricultura é relegada a segundo plano, referir-me a um estado de espírito, a um comportamento, a uma atitude que constitui, na verdade, a conspiração nacional contra o café.

Quando se fala no financiamento dos excedentes e serão vários milhões de sacas em logo a afirmação de que nova ameaça de inflação paira sobre o Brasil, que a medida representa sobre o custo da vida: E a maior injustiça que se perpetra contra o café, pois bastariam as bonificações de julho a dezembro representadas a esse produto para financiar todos os excedentes da safra cafeeira que se inicia.

É impossível, Sr. Presidente, qualquer planejamento econômico no Brasil, dada a nossa estrutura, sem referência fundamental ao café. Quando à nossa estrutura econômica, ainda que dependamos de um produto primário de exportação, como é o café, seremos muito felizes no tempo, a meu ver, ainda longínquo, em que o Brasil dela se libertar. Mas impossível é atribuir à política cafeeira, ao financiamento do café, que tantos recursos tem dado à União, sentido inflacionário. Isso representa na verdade, a atitude de verdadeira conspira-

ção nacional contra o café e, para isso, venho, neste instante, alertar a Casa e a Nação. *(Muito bem.)*

O SR. ANTONIO FELICIANO:

(Lê a seguinte comunicação): — Sr. Presidente: Em São Paulo, há uma iniciativa que reclama a atenção dos Poderes Públicos. Refiro-me ao Instituto de Medicina Tropical. Há tempos, em 1958, três notáveis apóstolos da ciência médica, os professores Carlos da Silva Lacaz, Antônio Dacio Franco do Amaral e João Alves Moreira, catedráticos de Microbiologia e Imunologia, de Parasitologia e de Clínica das Doenças Tropicais e Intetuosas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sugeriram ao Conselho Universitário a criação do Instituto. Foi uma sadia inspiração do eminente professor Carlos da Silva Lacaz, decorrente de sua participação aos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e de Patulidismo, realizados em Lisboa e de sua visita a Institutos da Europa. Impressionado com a dedicação da ciência do velho mundo aos problemas da medicina dos trópicos, fixou em sua consciência a ideia de dilatar as finalidades do Pavilhão de Virus e Rickettsias da Faculdade de Medicina. A ideia foi recebida com aplausos gerais nos meios científicos paulistas e encontrou eco na consciência do governo, tendo o Governador Jânio Quadros efetivado a iniciativa com o Decreto n.º 34.513, de 15 de janeiro de 1959. Seus objetivos são magníficos.

El-os, em síntese:

- 1) harmonizar os cursos de Microbiologia e Imunologia, de Parasitologia e de Clínica das Doenças Tropicais e Intetuosas;
- 2) desenvolver o curso de Virologia;
- 3) especializar médicos tropicalistas;
- 4) promover campanhas sanitárias;
- 5) e) ativar a luta contra as endemias rurais.

São Paulo, por seus cientistas e administradores, está alinhado nessa cruzada de saúde coletiva e de elevação de nossa ciência médica. A União, por iniciativa do Ministro Mário Pinotti, atendeu ao chamamento da ciência. O prédio está em conclusão. Os grandes mestres da medicina precisam ser amparados, com um aparelho oficial e continuo.

Fixando aqui os agradecimentos de São Paulo aos médicos ilustres que iniciaram esse apostolado, anuncio ao Brasil que, ao lado de instituições que dignificam a nossa terra, surgirá, em breves dias, para orgulho de nossa gente, o Instituto das Moléstias Tropicais.

Valem estas palavras, Sr. Presidente, como um veemente e sincero apelo aos Poderes Públicos. *(Muito bem.)*

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

(Lê a seguinte comunicação): — Sr. Presidente:

Aproxima-se a hora fatal que soará no próximo dia 11 deste mês, quando deverá ser conduzido à Câmara de gás da prisão de São Quentin, na Califórnia, para cumprir sua pena de morte, o escritor norte-americano Cary Chessman, condenado a pena máxima há mais de 11 anos.

Levanta-se um clamor público mundial, visando a comutação desta pena máxima para a de prisão perpétua. E não nasceu este clamor público como um ato de puro sentimentalismo. Mas como a expressão de um alto sentido de responsabilidade moral e de justiça social: da responsabilidade coletiva para com a vida de cada indivíduo.

Depois de onze anos de angustiosa expectativa deixar que se execute agora esta condenação, não é bem um ato de justiça, mas apenas a consumação de um assassinato legalizado.

É por isto que diante deste fato, o mundo inteiro não só se comoveu, mas protestou contra ato tão profundamente desumano.

Quando se toma conhecimento dos traços marcantes da vida dramática deste condenado à morte, não se pode ficar indiferente ao seu drama singular, ao abismo de miséria e de abjeção em que foi ele lançado e as extraordinárias forças interiores a que ele recorreu para se superar e para sobreviver.

A surpreendente transformação que se operou em sua personalidade mórbida durante esses 11 anos em que aguardou a execução de sua pena de morte, foi uma explicação e uma punição terríveis e redentoras porque provocaram a sua recuperação moral e social. E por isto que matá-lo agora seria e premeditadamente como punição dos crimes cometidos pelo homem que ele fora em outras eras, he-presenta um "ato profundamente desumano e sem nenhuma finalidade" como afirmou em entrevista concedida à imprensa o notável jurista brasileiro, o Ministro Nelson Hungria. Chessman foi um desses homens marcados por um destino amargo: nasceu na mais negra miséria, tendo uma mãe paralisada e um pai fazendeiro parte dos batalhões dos desertorados que perambulavam pelas ruas das cidades norte-americanas na negra fase que se seguiu à crise econômica de 1929.

Sem orientação, sem experiência, e levado pelo desespero e pela fome cometeu seus primeiros delitos: pequenos roubos de mercadorias de um armazém para matar a sua fome e a fome de sua família. A fome é má conselheira: Desses pequenos delitos passou ele a crimes bem mais graves; aos assaltos a mão armada com todas as suas funestas conseqüências. Presso, foi acusado de toda uma série de hediondas atrocidades, a maioria das quais ele se empenha em negar. Afirma mesmo que sua confissão inicial foi uma farsa obtida abaixo das mais terríveis violências policiais. Levado a julgamento se propõe a fazer sua própria defesa, mas fracassou e em 1948 é condenado à morte na câmara de gás. Mas com uma inquebrantável energia e com um desesperado apelo à vida, vem ele obtendo o adiamento desta condenação. Obteve ademais licença para requisitar livros das bibliotecas públicas e estudando 13 horas por dia se tornou um homem culto e um escritor. Seus livros, entre os quais se destaca este dramático 2.455 — *Cela da morte*, são hoje best-sellers mundiais, traduzidos, lidos e comentados no mundo inteiro. É que Chessman, condenado fez vir à luz de sua personalidade, notáveis qualidades de inteligência e de criação que permaneciam até então acorrentadas e asfixiadas debaixo da torrente esmagadora do ódio e da violência em que sua vida se desenvolvia. Viveu Chessman em seu drama interior aquela aforisma de Bernanos de que "é preciso ir ao fundo do desespero para encontrar a esperança" e encontrar-se consigo. Da negra vergonha do seu passado brotou um sentimento novo de compreensão, de tolerância, de conformismo, criando uma nova personalidade.

Até a catarse da purgação mental dos seus crimes relatados pelo escritor, Chessman se superou a si mesmo e se rehabilitou. Esta sua grande virtude: A de vencer definitivamente sua adversidade interior, isto é, o seu maior inimigo que vivia dentro do seu próprio coração alimentado pelo ódio e pelo rancor.

Ora, este homem hoje considerado mundialmente como um grande escritor e como um exemplo vivo da capacidade de recuperação e de reabilitação humanas, não pode ter cortado o fio de sua vida criadora em face da simples letra morta da lei.

O Sr. *Arão Steinbrück* — Permite-me o nobre colega. Sem dúvida, V. Ex.^a está neste momento interpretando a opinião unânime desta Casa.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Obrigado a V. Ex^{ta}.

Há alguma coisa que deve prevalecer num caso como este: é o sentido da solidariedade humana. É esse espírito de união entre os homens, de tolerância e de mútua compreensão que levam os homens de boa vontade do mundo a apelar para que seja comutada esta sentença de morte.

No Brasil este apelo encontrou uma grande ressonância. "Última Hora", este magnífico jornal, patrono e pioneiro de grandes causas da coletividade, de sua nobre e deste movimento de salvação de uma grande vida, tendo ouvido sobre o assunto grandes personalidades. E todas a uma só voz se manifestaram publicamente contra a execução de Chessman, aderindo com fervor ao movimento de apelo às autoridades norte-americanas para que poupem a vida desse homem, cujo drama humano constitui hoje um problema de toda a humanidade.

O Sr. Aderbal Jurema — Nobre Deputado, desejo acrescentar às palavras de V. Ex^{ta}, as palavras, estou certo, de todos os Deputados do Nordeste, que acompanharam, com viva emoção, o drama desse escritor. Precisamos fazer apelo às autoridades da Califórnia no sentido de comutar a pena em prisão perpétua. Conheçamos bem a rigidez das leis americanas, entre tanto poderíamos, com o Senado da República, transmitir o apelo do Congresso de um País democrático ao Congresso de outro País democrático, no sentido de atenuar a pena imposta a aquele escritor.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço o veemente apoio de V. Ex^{ta}.

Faço pois um apelo ao Parlamento Nacional para se associar a esta campanha de salvação de uma vida, saindo em boa hora encetada pelo jornal "Última Hora", ao qual venho neste momento minhas homenagens, e respaldada por figuras notáveis de brasileiros como o Juiz Nelson Hungria, o poeta Rossini Guarneri, o escritor Alvaro Moreyra, os Professores Henrique Roxo, Temperani Pereira e Elso Arruda e de ilustres senhoras de nossa sociedade, como sejam Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Ruth Almeida Prado, Zaira da Lee e tantas outras.

O Sr. Temperani Pereira — Permite, Ilustre Deputado, que junto a descolorido de minha expressão (não apodado) ao bellissimo discurso que V. Ex^{ta} está fazendo...

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Grato a V. S^{rs}

O Sr. Temperani Pereira — ... para acentuar que nós, de espírito latino, não compreendemos que um homem ou uma entidade qualquer mate outro homem em nome de nenhum princípio. Neste momento, em que não acreditamos na intimidação da pena — e tomamos os Estados Unidos como exemplo mais frísante da inutilidade da violência — peço a V. Ex^{ta} que, em nome da decantada solidariedade continental americana, faça com que este apelo do povo brasileiro vá até aos Estados Unidos para o fim de mais uma expressão da cultura mundial ser preservada, para goáudio de toda a humanidade.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Obrigado a V. Ex^{ta}.

O Sr. Milton Reis — Desejo congratular-me com V. Ex^{ta}, porquanto aranhã deveu ocupar essa tribuna para tratar do mesmo assunto. Mas V. Ex^{ta} já o trata com tanta felicidade que, nesta oportunidade, quero solidarizar-me com V. Ex^{ta}. Acho que o Congresso Nacional, através dos líderes de todos os Partidos, dos homens que pensam e sabem que o Direito Penal se cristianizou desde o ano 326 da era cristã, desde que Beccaria escreveu o célebre Tratado dos Delitos e das Penas, desde que aboliu a pena de Talião para im-

pregnar-se dos princípios cristãos, deve apelar para as autoridades da América do Norte no sentido de que comutem a pena do grande escritor Chessman.

O Sr. Silvio Braga — E' com alegria que estamos ouvindo o apelo de V. Ex^{ta}. Já devíamos ter manifestado nesta Câmara o desejo de que a pena de morte, que hoje ameaça a vida desse escritor, fosse comutada, para felicidade da cultura mundial. Neste momento, em meu e, penso, em nome da bancada do Pará, expressar a V. Ex^{ta} a nossa solidariedade integral.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Obrigado a V. Ex^{ta}.

"Meus ilustres colegas, sendo, por formação e convicção, contra a pena de morte, cuja existência não compreendo em qualquer país que se diga cristão, quando o cristianismo é antes de tudo perdão e não vingança, não poderia me calar diante deste episódio e espero que outras vezes deste Parlamento se levantem para salvar a vida de um homem que soube vencer a sua bósta interior apoiado na esperança e na fé na humanidade. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. LEITE NETO:

(Para uma comunicação — Sem revés do orador) — Sr. Presidente, o Presidente da República aceitou para o Nordeste com a grande esperança de redenção daquela zona de nosso País, representada pela Operação Nordeste. Se ela realmente se concretizar, S. Ex^{ta} será credor da gratidão dos habitantes da região. Se, porém, o Nordeste, esse grande esquecido, não vir suas esperanças realizadas, sofrerá uma grande decepção e da decepção passará a revolta.

Sei que não é possível, na premência de tempo em que me vejo obrigado a falar, focalizar os complexos problemas nordestinos. Quero apenas apontá-los. Além do problema secular da seca, temos o do fomento agrícola, com a mecanização, a irrigação e a adubação, o problema do fomento da pecuária nordestina mediante a cultura de plantas forrageiras adequadas à região; o problema do fomento da pecuária de corte e da pecuária do leite, a fim de atender à solução do problema fundamental da alimentação, notadamente do fornecimento de proteínas para aquele povo.

E' necessário e urgente também se desenvolvesse a indústria da pesca, pois é sabido, pelos estudos realizados, que a orla marítima do Nordeste é bastante piscosa e os peixes ali colhidos poderiam abastecer as populações famintas daquela área do nosso país.

Mais ainda: a eletrificação, não somente para a indústria mas o campo, com o aproveitamento do potencial hidrelétrico de Paula Afonso. A industrialização de que tanto se fala, feita em tempo recorde somente no Sul do País, notadamente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, não foi levada ao Nordeste. Essa industrialização só poderá ser feita no Nordeste se o Governo Federal, através da constituição de companhias de capital misto, auxiliar aqueles Estados, fundando a indústria petroquímica na Bahia, a do sal-gema e a do cimento em Sergipe, a do leite em pó em Alagoas, a borracha sintética e outras, em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

Nesta oportunidade, quero dirigir um veemente apelo ao Sr. Presidente da República, ao Secretário da Superintendência do Nordeste, ao Secretário da SUDENE, o economista Celso Furtado, a fim de que passem da teoria à prática dos planos, às realizações concretas para que possamos começar a obra grandiosa de redenção do povo sofrido do Nordeste. (Muito bem).

O SR. RAUL DE GÓIS:

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em ofícios recentemente dirigidos às diretorias da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, a Associação Comercial de João Pessoa e a Federação do Comércio do Estado da Paraíba fizeram, conjuntamente, um apelo dramático de ajuda financeira e de assistência técnica à cultura do sisal, a esse fator presentemente básico da economia paraibana e que vai definindo pelo desamparo dos produtores diante do desamparo oficial.

Das duas entidades de crédito especializado da União, só o Banco do Nordeste respondeu a esse apelo para comunicar, em termos de formalismo cortês, que em seu programa de financiamento da economia rural nordestina não havia restrições em relação à cultura do sisal. Mesmo porque, Srs. Deputados, se houvesse tais restrições para um produto agrícola de notória importância econômica, como o sisal, estaria o Banco do Nordeste fugindo a atribuições específicas estabelecidas pelo diploma legal que o criou.

Do mesmo teor teria sido a resposta da diretoria da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil se esta Carteira tivesse respondido a idêntico ofício que lhe foi dirigido pela Associação Comercial e pela Federação do Comércio do Estado da Paraíba; diria também que não faz restrições em seus financiamentos à cultura do sisal nem a qualquer outra de comprovada importância para a economia nacional. Mas até aí, Sr. Presidente, estamos no precário terreno das boas intenções...

Como representante da Paraíba e contando com o veemente apoio de todos os meus colegas que representam aquele Estado nesta Casa, faço aqui um apelo ao Banco do Nordeste no sentido de operar diretamente, através de um serviço destinado ao financiamento da cultura do sisal — apelo que é naturalmente extensivo à Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, e à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Foderá ser alegado especiosamente que, hoje em dia, qualquer forma de assistência financeira e técnica à economia paraibana, como parcela, que é, da economia nordestina, está compreendida nos planos da Operação Nordeste. Mas a dura e intolerável realidade, Sr. Presidente, é que, enquanto os técnicos do CODENO e da OPENO discutem, debatem e planejam, enquanto sonham com indústrias de base para o Nordeste dentro de planos trimestrais: com a transferência em massa de populações flageladas para os vales úmidos do Maranhão, e outras utopias mais ou menos mirabolantes, vai definindo, vai percorrendo a economia rural nordestina.

O Ministério da Agricultura não deve esperar pelos resultados da OPENO para enviar seus agrônomos à Paraíba a fim de orientar os produtores de sisal nos processos modernos de apanha, seleção e desfibramento do produto para a sua valorização nos mercados importadores internacionais.

No setor de crédito geral, faço igualmente um apelo ao Banco do Brasil no sentido de ampliar os limites de suas operações creditícias nas praças de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Guarabira, bem como em outras localidades paraibanas onde opera com agência ou filial.

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero manifestar minha estranheza, que é, estou certo, a de todos os meus ilustres colegas de representação da Paraíba no Congresso Nacional, pela demora da instalação, em João Pessoa, da Comissão Executiva do Sisal,

criada pela Lei Federal nº 3428, de 15 de julho do ano passado. Também esse órgão, Sr. Presidente, não deve esperar pelos resultados da OPENO, dada a premente e urgente necessidade de seu objetivo, que é tornar mais eficiente o amparo do Governo da República ao principal produto de exportação da Paraíba, a um produto como o sisal, que tanto poderia contribuir para elevar a receita de divisas do País. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Clovis Pestana.

V

O SR. CLOVIS PESTANA:

Senhor Presidente e Srs. Deputados, depois de amanhã, dia 3, no Itamarati, vai se realizar uma reunião para a qual foi convidado o Governo do Rio Grande do Sul. Estranho! nesse convite fosse feita referência expressa à Secretaria de Energia e Comunicações.

O telegrama está redigido nos seguintes termos:

"Muito agradecerá a V. Ex^{ta} indicar um representante da Secretaria de Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul credenciado por esse Governo, a fim de tomar parte na reunião interministerial que examinará o aproveitamento pelo Uruguai e Argentina da energia hidrelétrica dos rápidos no Rio Uruguai na zona do Salto Grande. A referida reunião será realizada dia 3 de julho próximo, às 15 horas, no Palácio Itamarati. — as.) Antônio Mendes Viana, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores".

A minha estranheza provém deste fato. Para o Brasil, o aproveitamento do desnível do Rio Uruguai, diante da cidade uruguaia de Salto e da cidade argentina de Concordia, tem muita importância, não em decorrência do seu aspecto energético, mas, sim, em decorrência de sua contribuição para o problema de transportes fluviais entre o Brasil e o Rio da Prata. Data de muitos anos o estudo desse problema.

Evidentemente, para a República Argentina e para a República Oriental do Uruguai o aspecto predominante é o energético. No Uruguai, não há jazidas carboníferas. Durante muitos anos, o abastecimento de energia elétrica da República Oriental do Uruguai foi feito por uma usina termelétrica, em Montevidéu, queimando carvão importado, de procedência inglesa. Mais tarde, o povo uruguaio conseguiu a realização de velho sonho: o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Negro, com a construção da barragem e da usina do Rincon del Bonete, obra monumental que há pouco tempo deixou de funcionar, em face da calamidade que assolou aquele país irmão, obrigando os técnicos a romper a barragem, a fim de que, na última grande enchente, toda aquela importante obra não fosse destruída. Então, para a industrialização do Uruguai, para o seu progresso, é absolutamente indispensável o aproveitamento hidrelétrico do Rio Uruguai, defronte da Cidade do Salto.

Em relação à República Argentina, também seu potencial hidrelétrico se encontra nas proximidades da Cordilheira dos Andes. Em Córdoba, tivemos oportunidade de visitar, há vários anos, obras de grande importância no setor da produção elétrica, porém, dada a grande distância dos centros de consumo — Buenos Aires e Rosário — adquire para a República Argentina importância enorme a solução do problema do aproveitamento do desnível do Rio